

**O TURISMO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS
FAXINALENSES: UMA DISCUSSÃO SOBRE AS
TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO CAMPO BRASILEIRO E
SEUS REFLEXOS PARA AS COMUNIDADES TRADICIONAIS.**

**THE TOURISM IN TRADICIONAL FAXINALENSES
COMMUNITIES: A DISCUSSION ABOUT THE RECENT
CHANGES IN THE BRAZILIAN COUNTRYSIDE AND ITS
CONSEQUENCES FOR TRADICIONAL COMMUNITIES.**

Rodrigo Rocha Monteiro¹
rodrigormonteiro@yahoo.com.br

RESUMO

Nas últimas décadas do século XX o campo brasileiro começou a apresentar tendências de incorporação de atividades não agrícolas. A industrialização no campo foi se intensificando e outras atividades de serviços que anteriormente estavam voltadas para as áreas urbanas, passam a buscar novas possibilidades no campo. O turismo começa a voltar-se para essas áreas impondo, até certa medida, uma transformação do seu conteúdo e do seu espaço. As áreas de comunidades tradicionais passam a ser incorporadas dentro de projetos turísticos e seu modo de vida passa a ser valorizado como “mercadoria turística”. No Paraná, algumas áreas de Faxinais passam a figurar como atrativos turísticos. Esse fato acaba levando a questionamentos e reflexões sobre os impactos que esta atividade pode causar nessas comunidades e, por extensão, nos seus espaços.

PALAVRAS-CHAVE: Novo Rural, Turismo, Populações Tradicionais, Sistema Faxinal

ABSTRACT

In the last decades of the twentieth century, the Brazilian countryside began to show trends of incorporating non-agricultural activities. Industrialization in the field was intensifying and other service activities that were only directed to urban areas, now begins to find new opportunities in the field. Tourism begins to turn to those areas imposing a transformation of its content and its space. The areas of traditional communities become to be incorporated within tourism projects and their way of life started to be valued as "tourist merchandise." In Paraná, the traditional communities of Faxinais are now between the tourism alternatives destinations for the area. This fact ultimately leads to questions about the impacts that this activity may cause these communities and, by extension, in their spaces.

KEY WORDS: New Rural, Tourism, Traditional Populations, Sistema Faxinal

¹ Doutor em Geografia pela UNESP - Campus de Rio Claro/ SP. Professor do Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio em Itu e Salto.

INTRODUÇÃO

O campo no Brasil acompanhou as transformações que se davam na sociedade do país de maneira geral. Reflexo disso é o fato de que hoje não podemos considerá-lo apenas por suas atividades de caráter agrícola, devendo também incorporar, na análise do rural, outras atividades que se configuram pelas novas demandas das sociedades e serviços urbanos que extrapolam os limites das cidades, que anteriormente eram bem estabelecidos, mas que atualmente se caracterizam por maior complexidade. Apesar da ainda prevalência da atividade agrícola no campo, outras já merecem lugar de destaque nas análises por representar tendências que surgem nesse novo contexto e que desfazem a aparente e exclusiva associação do campo com atividade de produção agrícola. É preciso hoje considerar as atividades industriais no campo e, também, de serviços tradicionalmente localizados nas cidades como o lazer e turismo, o aluguel de máquinas, entre outros.

Estas transformações no campo se deram primeiramente nas áreas próximas aos grandes aglomerados urbanos, mas já avançam também por outras áreas mais afastadas, que sempre se caracterizaram por certo isolamento com relação às redes urbanas de maiores hierarquias. Dessa forma, pretende-se com este artigo uma reflexão sobre as transformações no campo brasileiro e a proposta de turismo para comunidades tradicionais faxinalenses. Essa questão já começa a aparecer como alternativa a essas comunidades. Notadamente no município de Mallet – PR, há um circuito de turismo para o município que abrange áreas de comunidades tradicionais que estão organizadas nos moldes do Sistema Faxinal. Estas comunidades tradicionais sempre estiveram à margem dos programas de desenvolvimento para o campo no estado, mas nos últimos tempos elas ganharam notoriedade por manterem a Mata com Araucária remanescente no estado em bom estado de conservação. Este fato fez com que estas comunidades despertassem a atenção do poder público que passou a propor alternativas para as comunidades faxinalenses, visando sua reprodução social e, também, sua inserção econômica. O plano de turismo no município de Mallet parece entrar em acordo com estas ideias de alternativas para as comunidades tradicionais.

Essas novas atividades que se desenvolvem no campo brasileiro não se restringem apenas a porções mais dinâmicas do espaço rural. A discussão que se apresenta, portanto, diz respeito às áreas tradicionalmente habitadas, ou seja, de comunidades e populações tradicionais que passam a incorporar essas novas atividades como alternativa para sua manutenção. Como suporte teórico, buscamos uma reflexão sobre as novas atividades no

campo brasileiro que está pautada no conceito de “Novo Rural” de José Graziano da Silva (1997), bem como autores que trabalham dentro desta perspectiva.

O trabalho está dividido em três partes. Na primeira delas, a escolha foi por discutir a ideia do Novo Rural de José Graziano da Silva (1997), buscando evidenciar as novas atividades não agrícolas que tomam corpo no campo brasileiro. Em seguida, buscou-se levantar as bases teóricas sobre populações tradicionais no Brasil e suas características. A última parte é dedicada à discussão sobre as possibilidades e desafios para implementação do turismo em áreas de comunidades tradicionais, trazendo para a discussão o caso do município de Mallet - PR e a maneira como esse plano contempla as comunidades faxinalenses, bem como as implicações do turismo nessas áreas.

O NOVO RURAL NO CAMPO BRASILEIRO

Neste primeiro momento, procuraremos uma breve discussão sobre as novas atividades que estão sendo desenvolvidas no campo brasileiro. Para isso, buscaremos apoio principalmente nas reflexões sobre o “Novo Rural” de José Graziano da Silva (1997), mas também trazendo contribuições de outros autores que trabalham nesta linha.

O texto clássico de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1986) intitulado de “Diferenças Fundamentais entre o mundo Rural e o Urbano” traz uma constatação para a época de que o “mundo rural” e o “mundo urbano” seriam cada vez mais diferentes entre si. Nesta obra, os autores trazem as diferenças ocupacionais, ambientais, de tamanho de comunidades, de densidades populacionais, entre outros, apontando que a tendência mostraria que o espaço rural e o urbano seriam desconexos e cada vez mais diferentes (SOROKIN, ZIMMERMAN e GALPIN, 1986).

Apesar desta constatação, vemos que a tendência hoje é que o espaço rural seria “engolido” pelo urbano. As atividades tradicionalmente desenvolvidas no meio urbano estão penetrando cada vez mais no meio rural, tornando complexa a delimitação entre os dois espaços.

Mendras (1969) nos lembra que tanto a sociedade rural, quanto a urbana, fazem parte de uma sociedade mais ampla, e partilham de uma cultura comum, de mesmas crenças. Também devemos apontar que tanto cidadãos, como a população rural, dentro de um mesmo contexto nacional estão, de certa forma, submetidos a uma mesma política de

organização territorial, que segue no caminho dos discursos criados pelo poder público, pelo capital e por outras instâncias, e que afetam diretamente a relação campo-cidade.

José Graziano da Silva (1997) traz uma discussão bastante pertinente sobre estas novas atividades não agrícolas que estão se desenvolvendo no campo brasileiro. Ele constata que hoje não é mais possível definir o rural apenas como eminentemente agrícola, já que atividades urbanas são cada vez mais encontradas no meio rural. Ele inicia seu texto mostrando que:

na verdade, está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um “continuum” do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária (SILVA, 1997).

A preocupação do autor supracitado está na cada vez mais difícil delimitação entre rural e urbano. Isto pelo fato do aumento de atividades típicas do urbano no campo, e também de atividades típicas rurais nas cidades.

José Graziano da Silva (1997) ainda aponta para o paradigma “pós-industrial”, que traz novas formas de organização do trabalho, como responsável por esse avanço do urbano sobre o campo. Ele mostra a existência de um ator já consolidado nos países desenvolvidos, e em processo de consolidação no Brasil, que é o que ele chama de *part-time farmer*. Seriam, na tradução literal, os agricultores em tempo parcial, ou seja, aquele que combina a atividade agropecuária com outras atividades não agrícolas. Estas atividades podem se localizar dentro ou fora de sua propriedade. O *part-time farmer* é um agricultor autônomo que combina as diversas formas de ocupação (agrícolas e não agrícolas) (SILVA,1997).

Anteriormente, algumas indústrias tradicionais já se dirigiram para áreas rurais, porém os atrativos eram outros. As razões estavam ligadas ao custo interno como, por exemplo, proximidade de matéria-prima, busca de mão de obra barata e menor rigor da legislação ambiental. Recentemente os atrativos são outros, e apontam também para a busca de amenidades ambientais. Com o desenvolvimento das telecomunicações, da telemática e dos transportes, as indústrias e serviços puderam migrar para o campo em busca de melhores condições de produção e de trabalho (SILVA, 1997). Assim, as cidades não são mais o local onde a atividade industrial se encerra. As condições apresentadas possibilitam uma maior autonomia para a escolha locacional das empresas.

Também notamos, no campo, a formação dos Complexos Agroindustriais (CAIS), onde uma cadeia de serviços e produção acaba amarrando os produtores às lógicas das empresas. Assim, o produtor recebe matéria prima e assistência ao longo da produção para, lá no final, vender à empresa ao preço estabelecido por ela. Esta forma de organização complexa que já está bastante presente no campo brasileiro, está tomando cada vez mais corpo nas comunidades agrícolas.

José Graziano da Silva (1997) também afirma que o movimento da população no campo não pode apenas ser explicado com base no calendário agrícola, como também não através da expansão/retração das áreas. De acordo com ele, há uma série de atividades não agrícolas que estão presentes no campo. Entre essas, as de prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), além do comércio e da indústria que respondem cada vez mais por parcelas do emprego no meio rural. Além de mercadorias agrícolas o “espaço rural” pode oferecer, como menciona o autor, ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, permitindo uma possibilidade maior de combinações ocupacionais. Este autor ainda traz a ideia de que essas alternativas de ocupações não agrícolas no campo talvez seja a única maneira de reter a população rural pobre nos seus atuais lugares, ao mesmo tempo que pode elevar a renda dessas famílias. (SILVA, 1997).

Por fim, José Graziano da Silva (1997) afirma que o meio rural se transformou e abarca outras funções que não apenas as de produção agrícola e agroindustriais. Para ele, existem novos tipos de ocupações como propiciar lazer nos feriados e fins de semana, dar moradia a um segmento da classe média alta, desenvolver a preservação e conservação ambiental proporcionando o surgimento do ecoturismo, e abrigar profissões tipicamente urbanas que estão se proliferando no meio rural em função da urbanização do trabalho rural.

Mendras (1969) afirma também que o desenvolvimento industrial permitiu o surgimento do que ele chama de “cidades tentaculares”, em que o atual progresso dos transportes e dos meios de comunicação, somado à descoberta de novas fontes de energia, permitiu a descentralização industrial. Por isso, segundo ele, assiste-se hoje a uma urbanização do campo e uma ruralização das cidades. Ele também diz que é preciso rever os estereótipos referentes à cidade e o campo, devendo adaptá-los às atuais estruturas da sociedade (MENDRAS,1969). Dessa forma, não é possível estabelecer limitações estanques entre os dois “mundos”, já que comportam atividades desenvolvidas em ambos os espaços, tanto na cidade, quanto no campo.

O avanço do turismo no campo atende a essas demandas da população urbana que busca no meio rural uma fuga das grandes cidades. Assim, essas atividades de serviço configuram-se como atividades não agrícolas que estão se desenvolvendo no campo, ajudando a configurar um espaço de acordo com o que José Graziano da Silva (1997) chamou de “Novo Rural”.

O Sistema Faxinal hoje é considerado com Tradicional pelo poder público. Assim, perspectivas de implementação do turismo nessas comunidades apontam para o avanço de atividades não agrícolas em áreas de populações tradicionais. Para isso, é preciso discutir a forma como isso deve ser feito e quais as implicações destas ações. Em seguida, optamos por discutir um pouco sobre o conceito de População Tradicional, buscando encaixar o Sistema Faxinal nesta perspectiva para posteriormente discutir a inserção do turismo nessas comunidades.

BREVE DISCUSSÃO SOBRE A NOÇÃO DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Os Povos dos Faxinais (também conhecidos por faxinalenses) são hoje reconhecidos pelo poder público como sendo “tradicionais”, dado o seu modo de vida e a forma como se relacionam com o meio natural. Segundo Little (2002), o conceito de População Tradicional diz respeito a um mecanismo que é capaz de juntar fatores em que aparecem: o regime comunal da terra; o sentimento de pertencimento ao lugar ao qual se inserem; a procura por uma autonomia cultural; além de práticas ligadas à sustentabilidade quanto ao uso dos recursos da natureza. Diegues (2001), por sua vez, enumera uma série de elementos que caracterizam as populações tradicionais:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um *modo de vida*;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e dos seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção mercantil possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada a unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas e culturais;
- h) tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- i) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de

poder dos centros-urbanos; j) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (DIEGUES, 2001, p. 87 – 88).

No geral, estes critérios que Diegues (2001) define para caracterizar uma população enquanto tradicional dizem respeito à forma como se dá sua relação com o meio em que se inserem, a sua cultura própria, bem como a sua auto identificação como população tradicional. Como levantado, observa-se que possuem valores diferentes, às vezes antagônicos, em comparação com as sociedades urbano-industriais, o que pode vir a gerar interesses divergentes.

Além disso, nem todos os elementos configurados por Diegues conferem, pelo menos atualmente, com o que se caracteriza por população tradicional. Por exemplo: a ampliação do processo de mercantilização da produção faz com que a acumulação de capital, para estas famílias, não seja tão “reduzida” assim. Do mesmo modo, a modernização na agricultura, como uso maior de meios técnico-científicos faz com que, as tecnologias utilizadas por esse grupo já não sejam tão arcaicas, impactando o meio ambiente com maior frequência e profundidade. Isso leva inclusive a uma maior divisão técnica e social do trabalho, cujo artesanal tende a se alterar, ou mesmo, conforme a situação ou contexto, desaparecer. Por fim, o poder político também se altera, onde, membros emergentes desta sociedade “tradicional” passam também a se inserir nos meandros do poder local/regional, tornando-se igualmente atores políticos no processo, tanto em benefício da coletividade, quanto de interesses individuais.

A maneira como esses povos se relacionam com o seu meio, revelam uma série de mitos e representações que apontam para a visão do homem como apenas uma força entre tantas outras que atuam na natureza. Estes mitos, denominados de *Bioantropomórficos*, é diferente daqueles criados pela sociedade urbano-industrial, que entende a natureza como sendo intocada, uma coisa alheia ao homem, ou seja, *Neomitos*, segundo argumenta Diegues (2001).

Em 2007 o poder público institui, através do Decreto n. 6040 de 7 de Fevereiro, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Através deste decreto, que entende os Povos Tradicionais como grupos com culturas diferenciadas, possuindo formas particulares de organização social, econômica, cultural, ancestral e religiosa, e que se reconhecem como tal, procura-se promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, buscando garantir seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, respeitando as suas

identidades e sua forma de organização. Em teoria, uma excelente e marcante medida. Na prática, contudo, pouco ainda se tem sentido a respeito.

Estes Povos Tradicionais possuem formas de organização que lhes são particulares. O uso comum de terras e recursos é uma prática desenvolvida por grande parte dessa população. A forma como encaram os recursos lhes permitem a realização de atividades que, muitas vezes, contrariam a tendência que temos de apropriação privada.

Os bens e recursos naturais foram inicialmente utilizados pelo homem para atender suas necessidades, sem a ideia de propriedade. Os bens que existiam eram comum e estavam ao alcance de todos que pudessem utilizá-los. Esta situação só começa a mudar quando a sociedade começa se tornar mais complexa, alterando seus valores de outrora. Dessa complexidade que estava se instalando nas sociedades, começa a surgir a noção de direito, principalmente no que se refere ao uso da terra e dos demais bens naturais. Porém esse avanço de novos valores da “civilização” que se instaura, não acaba por completo com as formas de uso comum dos recursos naturais (CAMPOS, 2000). A sociedade, então, vem passando por um processo que altera valores que antes primavam pelo acesso de todos aos recursos disponíveis, e agora cada vez mais no nível de complexidade a que chegamos, esses valores denotam o uso individual destes mesmos recursos.

No caso do Brasil, devemos lembrar que seus primeiros habitantes, os índios, já realizavam o uso comum dos recursos naturais, situação esta que vem se alterando a partir do momento da chegada dos europeus ao território. O regime de distribuição de terras, a partir de então adotado, preza pela doação de Sesmarias àqueles que pudessem aproveitá-las, ou seja, aqueles que já tinham posses, reconhecidas através do número de escravos que dominavam. Destarte, esta distribuição dá margem à grande concentração de terras que veio a gerar o regime latifundiário que temos em grande parte do Brasil.

Os pequenos produtores que não conseguiam ter acesso ao sistema de sesmarias ficavam às margens dos mesmos, muitas vezes utilizando-se de práticas de uso comum da terra, como ocorreu em áreas com contextos específicos. Esta situação veio a ocorrer também junto às grandes propriedades, beneficiando tanto os pequenos produtores com espaços para desenvolverem suas atividades, quanto os próprios latifundiários que podiam mantê-los agregados, e utilizá-los, inclusive, como mão de obra cativa (CAMPOS, 2000).

O Uso comum de Terras, no Brasil e no mundo, se dá através de diferentes modalidades com características específicas que variam de acordo com as especificidades de cada área. Temos, entre estas modalidades, as chamadas *Terras de Preto*, as *Terras de Santo*, *Terras de Índios*, *Comunidades Remanescentes de Quilombolas*, as *Quebradeiras de Côco Babaçu*, as

Comunidades Ribeirinhas, os *Fundos de Pastos*, entre outras tantas. As comunidades objeto deste estudo, as Comunidades Faxinalenses, ou Sistema Faxinal, é apenas uma destas modalidades, com características específicas que serão levantadas neste trabalho. No mais, todas elas têm em comum a utilização de terras, ou recursos naturais de forma comunal. Compartilham também da mesma dificuldade histórica de encontrar correspondência formal dentro do ordenamento jurídico que tivemos no Brasil. Estas comunidades sempre foram deixadas de lado, demonstrando uma invisibilidade que sempre lhes foram atribuídas. Um exemplo disso é o fato de que as terras de uso comum jamais foram objeto de inventariamentos ou levantamentos estatísticos por colidirem com os dispositivos jurídicos legais (ALMEIDA, 2006).

As bases do direito que rege as dinâmicas internas das comunidades são fruto dos costumes historicamente determinados por estes grupos. Thompson (1998) diz que os costumes são produzidos e criados entre pessoas comuns, e por isso devem ser entendidos como vulgares, que por essa razão é chamado de *vulgaris consuetudines*. Estes costumes não são registrados em regulamentos e permeia crenças não escritas, normas sociológicas e usos que são garantidos na prática. Pertence, segundo o mesmo autor, à prática da tradição oral (THOMPSON, 1998).

Por não se basearem em normas escritas e amplamente legitimadas, é que se têm frequentes conflitos com normas estabelecidas pelo âmbito legal do ordenamento jurídico vigente. Estes, por sua vez, são instrumentos de grupos detentores do poder e que não possuem estratégias voltadas à manutenção e melhoria das condições destas modalidades de uso comum de terras.

As áreas de uso comum foram, ao longo do tempo, desacreditadas. Podemos ver isto através das idéias desenvolvidas por Garret Hardin acerca da “Tragédia dos Comuns”. Segundo ele, estas áreas utilizadas de forma comum estariam designadas à super-exploração, já que não haveria a apropriação individual que justificaria, então, um melhor cuidado com a terra e com os recursos. Hardin defendia a ideia de que as populações que utilizavam terras e bens comuns eram desprovidas de bom senso. Mas, ao longo do tempo e do espaço, defende Thompson (1998), as populações desenvolveram uma variedade de instituições e sanções que impuseram restrições e limites ao uso comunal.

Historicamente estas comunidades que desenvolviam o uso comum de recursos estiveram à margem de alternativas tidas como mais viáveis. Muitos eram os que acreditavam que o avanço das relações de produção capitalista no campo viria a causar o desaparecimento das comunidades que assim se organizavam. Porém, essa realidade teve

um reflexo oposto do que se esperava, fazendo com que este avanço forçasse essas comunidades tradicionais a reafirmarem suas identidades na luta por um reconhecimento formal. Dessa forma, estas modalidades que pareciam estar designadas a desaparecerem, tomam novo fôlego através da luta por direitos e reconhecimento, dando uma nova cara aos movimentos sociais.

Desde a década de 1970, estes movimentos sociais começam a se consolidar, e as lutas escapam ao sentido estrito de uma entidade sindical. Começam a ser incorporados fatores étnicos, ecológicos e critérios de auto definição coletiva, na luta por permanência, visibilidade e reconhecimento formal (ALMEIDA, 2006).

Temos a categoria *Populações Tradicionais* cada vez mais tomando nova forma e significado. Ela aparece cada vez menos ligada ao quadro natural ao qual se inserem, e à ideia de “sujeitos biologizados”, para estar mais próxima da noção de agentes sociais que assim se auto definem.

Apesar destes movimentos de reafirmação de identidades coletivas na luta por visibilidade e reconhecimento, ainda permanece o impasse no estabelecimento destas terras tradicionalmente ocupadas. A efetivação dos dispositivos legais que foram conseguidos através de muitas lutas é dificultada, pois esbarra no aparelho burocrático-administrativo do Estado (ALMEIDA, 2006).

Estes novos movimentos sociais preveem uma política de identidades na busca por territorialidades específicas, onde se busca realizar sua maneira de ser para assegurar sua reprodução física e social. As “Terras Tradicionalmente Ocupadas” são dotadas de uma complexidade de formas de uso comum que, embora agrupadas em uma única categoria, não aparecem compostas por uma homogeneização jurídica (ALMEIDA, 2006). Estes movimentos, quando se referem ao sujeito que está em ação, não o fazem atrelado ao termo *camponês*, que é geralmente utilizado. São dotados de uma multiplicidade de categorias que, então, rompe com o significado do termo *camponês* ou *trabalhador rural*, passando a incorporar identidades de grupos como quilombolas, seringueiros, quebradeiras de côco, faxinalenses, entre outros (ALMEIDA, 2006).

O TURISMO RURAL EM COMUNIDADES FAXINALENSES

O turismo rural aparece, hoje, como uma alternativa para áreas tradicionais e menos dinâmicas do campo brasileiro. Essa atividade, ao se desenvolver, choca-se com

formas de organização espaciais mais tradicionais e que refletem esquemas de entendimento e de atuação que conflitam com o interesse capitalista de produção e de exploração desses espaços. Portanto, é preciso uma avaliação e discussão sobre os impactos que o turismo pode gerar nessas comunidades para potencializar benefícios para esse meio, sem descaracterizá-lo e vinculá-lo a uma lógica capitalista que pode amarrar essa comunidade aos ditames do capital, levando a uma perda de autonomia.

No Centro-Sul do estado do Paraná podemos encontrar comunidades tradicionais denominadas de Sistema Faxinal. Estas estão organizadas através da existência de três elementos: o criadouro comunitário (área de uso comum de terras), as terras de plantar de uso privado e as cercas e/ou valos, separando os dois primeiros espaços (LÖWEN SAHR E IEGELSKI, 2003). Essas comunidades tradicionais se assentam sobre as atividades de produção animal para consumo doméstico e tração; produção agrícola para subsistência e, a princípio, extração de erva para consumo e renda complementar (CHANG, 1988).

Primeiramente cabe mencionar que as comunidades faxinalenses possuem certa autonomia com relação ao capital. Na maioria das comunidades ainda é desenvolvida uma policultura alimentar de subsistência, garantindo certa liberdade de abastecimento às famílias, bem como uma fonte de renda pela inserção do excedente da produção no mercado. Essa característica tem permitido essas comunidades sobreviverem no campo apesar da constante pressão que atividades como a soja e o fumo têm causado no sentido de sua descaracterização.

Também a forma como se organizam e utilizam os recursos naturais, de forma comunal, pode se caracterizar como um entrave para o desenvolvimento da atividade turística. Essa forma de organização sócio espacial contraria a lógica da propriedade privada que sustenta o desenvolvimento de atividades capitalistas. No caso, seriam necessário esforços no sentido de conciliar essa forma de organização com uma atividade que é, até então, estranha ao local. Dessa maneira, seria possível começar a pensar na possibilidade de conciliação das duas atividades sem que apenas o cenário faxinalense se torne uma mercadoria turística.

Nas últimas décadas a atividade turística vem aumentando substancialmente no Brasil e no mundo. Essa expansão tem levado um número cada vez maior de pessoas a procurarem áreas tanto no meio urbano, quanto no meio rural. Dentro do novo contexto da pós-modernidade, nota-se que há um interesse também crescente pela fuga das áreas urbanas e pela busca de espaços que apresentem um contato maior com elementos naturais e que permitam vivenciar uma cultura diferenciada. Isso tem trazido uma valorização

bastante grande para as comunidades tradicionais, que passam a ganhar visibilidade e recebem cada vez mais atenção por parte de políticas públicas e estratégias para desenvolvimento local.

Essa situação é possibilitada pela crise da Modernidade que permitiu aos sujeitos valorizarem suas escolhas e seu modo de vida, abrindo a possibilidade para que os grupos se mobilizem e negociem a forma como desejam ser reconhecidos. Maffesoli (2000), neste novo momento, mostra a ideia de tribos atrelada à identificação com uma comunidade específica como aspecto importante para o reconhecimento de si mesmo. Assim, permite-se uma maior mobilização de grupos em movimentos assumem uma gama de novas identidades, em contraste com a “identificação” como tendência ao encaixe em categorias pré-estabelecidas, como era mais frequentemente feito em outros tempos.

Portanto, o desenvolvimento da atividade turística em comunidades tradicionais de forma geral, e nos Faxinais, no caso dessa discussão, deve levar em consideração o choque cultural que esta possibilitará. É certo que ao se concretizar, a atividade irá transformar substancialmente o modo de vida local, seja para uma maior mobilização para sua manutenção ou, se não tomado dos devidos cuidados, para a espetacularização desse modo de vida que poderá passar a se impor à ideia de conservação dessas comunidades tradicionais.

Feita essa introdução, passamos para a discussão dos benefícios e limitações que podem aparecer com a efetivação da atividade turística em comunidades faxinalenses. É certo que a atividade pode se tornar uma alternativa de renda, dinamizando a economia da comunidade e do município na qual ela se insere. Se bem gerido, esses recursos podem ser utilizados para manutenção das estruturas fundamentais para funcionamento de um Faxinal como, por exemplo, melhoria nas cercas e valos, nas estradas internas e de acesso à comunidade. Para tanto, é preciso que essa atividade seja desenvolvida através de um plano que garanta o aporte desses recursos para essas melhorias internas, permitindo que as estruturas e elementos que garantem o funcionamento da comunidade sejam bem mantidos. É importante lembrar, ainda, que os membros das comunidades faxinalenses devem mostrar interesse em transformar sua comunidade, seu local, em “mercadoria turística”. Não é possível conceber que esta iniciativa seja unilateral, ou seja, que parta apenas das instâncias superiores de poder que acreditem que ter encontrado a melhor solução para a comunidade. A implementação e gestão de programas nessas comunidades deve ser sempre dialogada.

O turismo nos Faxinais pode trazer uma valorização do seu modo de vida tradicional. Pode permitir a superação da tendência à desagregação e à vinculação às atividades agrícolas modernas que se alastram pelo campo paranaense. Pode haver um retorno ao tradicional, ou seja, as atividades e rotinas que realizavam no passado, mas que acabaram deixando de fazer com a aceleração da vida moderna. O modo de vida faxinalense, revalorizado, pode se tornar viável e não mais um entrave à própria comunidade e às estratégias de desenvolvimento territorial rural como um todo.

Porém, existem alguns obstáculos a serem vencidos quando se pensa em desenvolver o turismo nessas áreas. No caso dos faxinais, há uma experiência do município de Mallet – PR que exemplifica a complexidade envolvida nessa questão. Ferreira (2008) aponta que em 2002, a prefeitura do município organizou um roteiro turístico que possuía relações com as etnias Polonesas e Ucrânicas, dentro da perspectiva do turismo rural. Este circuito Polonês-Ucraniano incorporava o Faxinal Lageado de Baixo, sem considerá-lo como comunidade única, com dinâmicas e formas de organização sócio espacial particulares. Com essa questão levantamos a discussão sobre a melhor forma de incorporar essas comunidades tradicionais ao roteiro turístico. É preciso reconhecer a singularidade dessas comunidades para evitar que práticas que possam funcionar em outros locais venham a significar ameaça e descaracterização da mesma. Deve-se considerar os Faxinais como forma singular de organização sócio espacial, tornando essa diferenciação o produto turístico a ser consumido. Dessa forma há uma melhor visibilidade das particularidades do Sistema Faxinal que, caso contrário, podem ser deixadas de lado, tornando-as invisíveis. É a valorização da diferença que pode trazer um diferencial ao produto turístico, ajudando na sua valorização e manutenção. Essa questão pode funcionar como instrumento de valorização dessas comunidades permitindo que o turista entre em contato com uma forma de organização ímpar, o que poderá mobilizá-lo para valorizar modos de vida e de organização social, espacial e comunitária que eram desconhecidos.

Todavia há de se considerar os impactos que o turismo pode causar na comunidade. Deve-se evitar que a comunidade e seu modo de vida se torne um espetáculo, o que poderia forçar a uma reprodução artificial, plástica, do modo de vida faxinalense. O cenário passaria se impor ao conteúdo do espaço, tornando-se ele mesmo a razão estruturante da comunidade. Não é possível imaginar que a demanda turística passe a ditar a forma de estruturação e manutenção da comunidade. A autonomia da comunidade deve ser garantida, evitando que a o grupo delegue o poder de decisão a elementos e lógicas externas à comunidade. Isso poderia fazer com que atividades importantes e que

caracterizam a comunidade deixem de ser realizadas, pois as atenções e energias se dirigiriam apenas à atividade turística.

Também é importante lembrar que as comunidades tradicionais, incluindo os Faxinais, são responsáveis pela conservação de parte significativa dos recursos florestais brasileiros. No caso dessas comunidades, as áreas de Faxinais representam a maior reserva de Mata com Araucária, vegetação nativa de parte da porção meridional brasileira. Seu modo de vida, sua forma de organização, bem como seu extrativismo de baixíssimo impacto, foram os grandes responsáveis por manter esse recurso. Não podemos deixar de pensar que a vinculação a uma atividade capitalista, com suas demandas, poderia significar uma alteração da forma como essas comunidades entendem e atuam no seu meio. Mais uma vez chamamos a atenção para a necessidade de o projeto turístico levar em consideração essa particularidade, valorizando esse modo de vida conservacionista e potencializando as possibilidades para garantir a permanência do modo de vida faxinalense.

Nas últimas décadas podemos notar que as áreas de comunidades faxinalenses passaram a incorporar atividades que atentam para sua forma de organização social e comunitária. As transformações espaciais que estas comunidades sofreram vem as inserindo, cada vez mais, dentro das lógicas capitalistas de produção (MONTEIRO, 2009). Notamos que parte dessas comunidades já se encontra fortemente vinculadas à produção é do fumo, eucalipto e pinus, mais especificamente. No caso, o turismo pode ser economicamente viável para as comunidades, revalorizando e reforçando os laços de solidariedade e o modo de vida tradicional faxinalenses. Funcionaria para a região como uma forma de frear e até retroceder o avanço de atividades econômicas que entram em choque com sua forma de organização, além de vincular os faxinalenses aos ditames do capital o que levaria a sua perda de autonomia.

Portanto, é preciso reconhecer que a atividade turística pode aparecer como uma alternativa importante às comunidades faxinalenses. No entanto, essa atividade deve procurar maneiras de valorizar a comunidade, seu modo de vida e sua forma de atuação, potencializando suas particularidades ao invés de suprimi-las. É um desafio que se coloca àqueles que estão incumbidos da tarefa de transformar essas comunidades tradicionais em produto turístico sem comprometer o seu razão de existir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, o meio rural no Brasil deve ser considerado como um espaço onde se desenvolvem outras atividades que não somente as de produção agropecuária. Assim, a configuração deste “Novo Rural” incorpora atividades tipicamente urbanas que extrapolam seus limites e alcançam áreas tradicionalmente ocupadas por atividades agrícolas. Estas passam, de certa forma, a sobrepujar os espaços rurais, organizando-os de acordo com suas estratégias.

As atividades de indústria e serviços chegaram também às áreas de Populações Tradicionais. Estas ainda se encontram como tal justamente por se manterem afastadas das influências da organização urbano-industrial do espaço. Mesmo caracterizadas por certo isolamento, estas áreas começam a despertar o interesse de atores que buscam meios para garantir um desenvolvimento territorial mais satisfatório.

O turismo é uma destas atividades que encontraram nas áreas de comunidades tradicionais uma possibilidade para expansão. Notadamente nas áreas de Faxinais, como discutido no trabalho, o turismo pode oferecer condições para uma visibilidade maior do modo de vida faxinalense, bem como a troca de experiências entre os turistas e a população local. Apesar disso, é importante ressaltar a necessidade de uma avaliação precisa dos impactos que podem ser gerados com o turismo para a própria sustentabilidade da comunidade. Assim, nos Faxinais que se caracterizaram por manterem a Mata com Araucária em melhor estado de conservação, devem ser ponderados as estratégias para o turismo para que este não se consagre como uma ameaça à forma de vida e a organização da comunidade.

No município de Mallet, o Faxinal Lageado de Baixo é contemplado com a sua inserção dentro do circuito Polonês- Ucraniano de turismo rural. Nota-se que a ideia do projeto, ao inserir a cultura polonesa e ucraniana, é possibilitar um contato maior do turista com o patrimônio cultural dos imigrantes, e também, com o patrimônio ambiental das comunidades faxinalenses. Apesar de ser uma alternativa para a reprodução social e econômica do Faxinal, é necessário ponderar quais serão as prioridades do projeto, sendo que a conservação da Mata e a sustentabilidade, muitas vezes aparecem como concorrentes de um desenvolvimento econômico mais efetivo. Dessa forma, ressaltamos a dificuldade de inserir o turismo em comunidades tradicionais sem causar impactos ao modo de vida e ao patrimônio ambiental.

É importante ressaltar, à luz das discussões travadas nesse trabalho, que a sociedade atual tem voltado suas atenções ao contato direto com o ambiente natural, buscando amenidades que são vendidas como mercadorias que possibilitarão melhores qualidades de vida à população dos grandes centros urbanos. Parece-nos que o desenvolvimento do Turismo nos Faxinais segue essa tendência, se caracterizando como ilhas verdes onde a vida simples, e em contato direto com a natureza, possa ser uma qualidade a ser explorada nessas áreas.

Enfim, a sustentabilidade ambiental dos Faxinais se tornou, ela mesma, uma mercadoria a ser consumida pelo turista. Porém esta “mercadoria” turística não deve impor suas regras e seus ditames às comunidades faxinalenses, promovendo uma destruição da sua autonomia.

REFERENCIAS

ALMEIDA, A. W. B. Terras Tradicionalmente Ocupadas. Manaus, PPGSCA – UFAM, 2006.

CAMPOS, N. J. Terras de Uso Comum no Brasil: um estudo de suas diferentes formas. Tese de Doutorado, Pós-Graduação em Geografia, USP, 2000.

CHANG, M. Y. Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná. Curitiba. IAPAR, 1988. 121f. (Boletim Técnico, 22).

DIEGUES, A. C. O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo. 3ª Ed. Hucitec, 2001.

FERREIRA, P. Estudo sobre os Faxinais Lageado de Baixo e Lageado dos Mello – PR. A construção do conhecimento a partir da ecologia social como subsídio para um projeto de turismo comunitário. Dissertação de Mestrado, Pós Graduação em Geografia, UEPG, 2008.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, Brasília, n. 322, 2002. 31 p.

LÖWEN SAHR, C. L.; IEGELSKI, F. O Sistema Faxinal no Município de Ponta Grossa: diretrizes para a preservação do ecossistema, do modo de vida, da cultura e das identidades das comunidades e dos espaços faxinalenses. Ponta Grossa, 2003. 108p. (Relatório Técnico) – Prefeitura Municipal de Ponta Grossa

MAFFESOLI, M. (2000). Os tempos das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense.

MENDRAS, H. A cidade e o campo. In: MENDRAS, H; GURVITCH, G; COURTIN, P; BOSE, S.P. Sociologia Rural. Zahar, 1969. P 33-40.

MONTEIRO, R. R. Transformações sócio-espaciais do Sistema Faxinal: um estudo a partir da comunidade de Taquari dos Ribeiros em Rio Azul – PR. Florianópolis, 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. 121p.

SILVA, J. G. O Novo Rural no Brasileiro. Revista Nova Economia. Belo Horizonte. V. 7 p. 43-81. Maio de 1997.

SOROKIN, P.A.; ZIMMERMAN, C.A.; GALPIN, C.J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: Martins, J.S. (org.). Introdução crítica à Sociologia Rural. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 198-224.

THOMPSON, E. P. Costumes em Comum. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.